

PRIMEIRO EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC)

QUESTÕES OBJETIVAS

1. Constitui uma transgressão ao Código de Ética Profissional do Contabilista:

- a) Emitir Parecer com Negativa de Opinião como resultado de auditoria contratada.
- b) Abster-se da aceitação de um trabalho de auditoria do qual tenha conhecimento de que outro auditor emitiu Parecer com ressalva não-acatado pelo cliente.
- c) Suspender a prestação de serviço a um cliente que deixou de cumprir com a sua obrigação de pagar os honorários pelo trabalho.
- d) Utilizar-se de profissionais não-contadores nos trabalhos de auditoria, devidamente supervisionados.

2. O Auditor Independente não está impedido de executar trabalho de auditoria independente se:

- a) Tiver prestado serviços como empregado para a empresa auditada e/ou suas ligadas durante o período a ser auditado.
- b) Tiver interesses financeiros na entidade auditada.
- c) Existirem conflitos de interesses entre o Auditor Independente e a entidade auditada.
- d) Seguir os preceitos de independência das Normas Brasileiras de Contabilidade.

3. Quando o Auditor Independente utiliza-se de especialistas no processo de auditoria, ao emitir o seu Parecer:

- a) Deve dividir responsabilidade quando se tratar da utilização de trabalhos de auditoria interna.
- b) Deve dividir responsabilidade quando a entidade auditada contratar especialistas para executar serviços que tenham efeitos relevantes nas Demonstrações Contábeis.
- c) Deve dividir responsabilidade no Parecer em qualquer situação.
- d) Está obrigado a dividir responsabilidade quando o especialista é contratado pelo auditor independente.

4. Quanto à Educação Continuada, o Auditor Independente deve comprovar a participação em programa específico:

- a) Anualmente.
- b) A cada dois anos.
- c) A cada três anos.
- d) A cada quatro anos.

5. Indique a alternativa correta, segundo a NPC P 1 – Normas Profissionais de Auditor Independente, para o exercício de auditoria independente:

- a) Poderá ser exercida por qualquer profissional, desde que devidamente treinado.
- b) Deverá ser exercida, somente, por Contadores registrados nos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs).
- c) Deverá ser exercida por Técnicos em Contabilidade e por Contadores registrados nos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs).
- d) Poderá ser exercida por qualquer profissional de nível superior, desde que devidamente treinado.

6. As normas de auditoria independente das Demonstrações Contábeis definem e distinguem os termos “fraude” e “erro”. Assinale a opção que contenha as características, exclusivamente, de um ou de outro termo:

- a) Atos involuntários de omissão, desatenção, desconhecimento e manipulação de transações.
- b) Adulteração de documentos, desconhecimento ou má interpretação de fatos.
- c) Desconhecimento, desatenção e manipulação de transações.
- d) Atos voluntários de omissão, manipulação de transações e adulteração de registros.

7. O Parecer dos Auditores Independentes classifica-se, segundo a natureza da opinião que contém, em:

- a) Parecer sem ressalva, com ressalva, exceto quanto e adverso.
- b) Parecer sem ressalva, com ressalva, com abstenção de opinião e adverso.
- c) Parecer com abstenção de opinião, limpo, com ressalva e sem ressalva.
- d) Parecer sujeito a, exceto por, exceto quanto e Parecer contrário.

8. O princípio contábil da oportunidade refere-se:

- a) À adoção do menor valor para os componentes do ativo e do maior valor para os componentes do passivo, sempre que se apresentem alternativas igualmente válidas.
- b) Ao registro dos efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional.
- c) À tempestividade e à integridade do registro do patrimônio e das suas mutações.
- d) Ao registro de receitas e despesas quando incorridos.

9. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade são exemplos de entidades controladas excluídas do processo de consolidação das Demonstrações Contábeis:

- a) Entidades com evidência de descontinuidade operacional.
- b) Controladas indiretas.
- c) Controladas não-financeiras.
- d) Controladas no exterior.

10. A entidade ABC adquire, em fevereiro de 2003, investimento representativo de 25% do capital social votante da entidade XYZ, considerado relevante. Em agosto de 2003, por força de acordo de acionistas, passa a exercer o controle sobre a administração dessa entidade. A entidade ABC deve adotar o método de equivalência patrimonial para avaliação desse investimento a partir de:

- a) Fevereiro de 2003.
- b) Agosto de 2003.
- c) Dezembro de 2003.
- d) Janeiro de 2004.

11. Segundo a NBC T 7 - Da Conversão da Moeda Estrangeira nas Demonstrações Contábeis, uma transação em moeda estrangeira deve ser:

- a) Contabilizada, no seu momento inicial, em moeda estrangeira.
- b) Convertida e contabilizada em moeda nacional pela taxa cambial dessa moeda na data da transação.
- c) Convertida em moeda nacional pela taxa cambial do final do exercício social.
- d) Convertida em moeda nacional pela taxa média de câmbio do período.

12. Identifique a alternativa incorreta:

- a) O Parecer com ressalva é emitido quando o Auditor Independente conclui que o efeito de qualquer discordância ou restrição na extensão de um trabalho não é de tal magnitude que requeira Parecer adverso ou abstenção de opinião.
- b) A limitação na extensão do trabalho deve, sempre, conduzir à opinião com ressalva ou à abstenção de opinião, independentemente de sua relevância.
- c) O Parecer de auditoria sem ressalvas indica que o Auditor Independente está convencido de que as Demonstrações Contábeis foram elaboradas segundo os Princípios Fundamentais de Contabilidade, em todos os aspectos relevantes.
- d) A abstenção de opinião é um tipo de Parecer de auditoria.

13. Um exemplo de Revisão Analítica é:

- a) Determinar erros na apuração do custeio por absorção.
- b) Verificar a existência de contingências trabalhistas.
- c) Comparar os resultados projetados com os, efetivamente, ocorridos.
- d) Revisar o cálculo de depreciação de bens do ativo imobilizado.

14. O relatório com as sugestões para aprimoramento dos controles internos, resultantes do trabalho do Auditor Independente, denomina-se:

- a) Parecer Interno de Auditoria.
- b) Carta de Responsabilidade da Administração.
- c) Carta de Conforto.

d) Carta de Recomendações.

15. Não representa um dos procedimentos de auditoria a serem aplicados em imobilizado em construção pela própria entidade:

- a) Exame de Folha de Pagamento.
- b) Inventário Físico.
- c) Revisão Analítica.
- d) Testes da Depreciação.

16. Considerando as informações abaixo, determine o saldo da conta específica do investimento da controladora na controlada:

Patrimônio líquido final da controlada	R\$ 1.000,00
Percentual de participação	50 %
Lucro líquido do exercício da controlada	R\$ 200,00
Dividendos propostos e registrados pela controlada	R\$ 50,00
Incentivos fiscais registrados na controlada	R\$ 20,00

- a) R\$ 500,00.
- b) R\$ 475,00.
- c) R\$ 525,00.
- d) R\$ 510,00.

17. Não faz parte do planejamento de um trabalho de auditoria:

- a) Avaliação dos riscos de auditoria.
- b) Revisão dos papéis, quando os trabalhos de auditoria tiverem sido executados por outro Auditor Independente.
- c) Levantamento e avaliação dos controles internos e dos sistemas contábeis.
- d) Análise da uniformidade dos procedimentos contábeis.

18. São objetivos do Auditor Independente ao obter a carta de responsabilidade da administração, exceto:

- a) Obter evidência de auditoria por escrito.
- b) Propiciar maior credibilidade às informações verbais obtidas durante a auditoria.
- c) Delimitar as responsabilidades do Auditor Independente e da administração.
- d) Eliminar a responsabilidade do Auditor Independente.

19. Identifique a alternativa incorreta:

- a) O planejamento de auditoria deve considerar a participação de auditores internos e de especialistas, quando aplicável.
- b) Os riscos de auditoria devem ser objeto de avaliação somente ao término dos trabalhos.
- c) A responsabilidade do planejamento e da execução dos trabalhos é do Auditor Independente.
- d) Os papéis de trabalho são de propriedade exclusiva do Auditor Independente, que é responsável pela sua guarda e sigilo.

20. Assinale a alternativa em que o Parecer do Auditor Independente evidencia que as Demonstrações Contábeis não refletem a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações e as origens e aplicações de recursos da empresa:

- a) Sem ressalvas.
- b) Com ressalvas.
- c) Adverso.
- d) Abstenção de opinião.

21. O principal objetivo da auditoria independente é:

- a) Revisar os controles internos da entidade, para identificação de possíveis fraudes.
- b) Emitir uma opinião sobre as Demonstrações Contábeis de uma entidade, com finalidade de avaliar a sua viabilidade econômica.
- c) Emitir Parecer sobre as Demonstrações Contábeis de uma entidade, quanto a sua adequação consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade.
- d) Avaliar o risco de fraudes nas Demonstrações Contábeis.

22. Identifique a alternativa incorreta:

- a) Os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem ao Auditor Independente obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar a sua opinião sobre as Demonstrações Contábeis auditadas.
- b) Os testes de observância visam à obtenção de razoável segurança de que os procedimentos de controle interno estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento e cumprimento.
- c) Os testes substantivos visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, à exatidão e à validade dos dados produzidos pelo sistema contábil da entidade.
- d) Os testes substantivos visam obter evidência dos controles e dos sistemas de informações.

23. Em um grupo de sociedades, no qual o Auditor Independente conduz o exame das Demonstrações Contábeis da controladora, mas os exames de auditoria das controladas são conduzidos por outros Auditores Independentes, o Auditor Independente da controladora deve:

- a) Ressalvar seu Parecer.
- b) Emitir relatório com abstenção de opinião.
- c) Emitir Parecer com parágrafo de ênfase.
- d) Evidenciar esse fato em seu Parecer.

24. Determinadas entidades são regulamentadas por legislação específica. Algumas dessas normas podem divergir dos Princípios Fundamentais de Contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade. Quando isso ocorrer e as diferenças forem relevantes, o Auditor Independente dessa entidade deve:

- a) Fazer menção dessa divergência no Parecer em parágrafo de ênfase.

- b) Emitir Parecer com ressalva ou opinião adversa.
- c) Emitir Parecer de auditoria para legislação específica.
- d) Não fazer qualquer menção no Parecer já que a administração está divulgando em nota explicativa as práticas contábeis adotadas pela entidade.

25. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs), para não pôr em risco a independência do Auditor Independente, este deverá:

- a) Efetuar a rotação do pessoal de liderança da equipe de auditoria a intervalos menores ou iguais a 5 (cinco) anos consecutivos, com retorno permitido após 3 (três) anos.
- b) Realizar a rotação da liderança da equipe de auditoria quando se tratar de entidades de auditoria independente de pequeno porte.
- c) Ser substituído pela entidade auditada após 5 (cinco) anos de prestação continuada de serviços de auditoria independente.
- d) Nas entidades de auditoria independente de pequeno porte, proceder à substituição do sócio responsável técnico a cada 5 (cinco) anos.

26. Como resultado da circularização de advogados, o Auditor Independente identificou a existência de contingências passivas, avaliadas como de provável insucesso para a entidade, cujos valores foram considerados relevantes e para os quais não foram constituídas provisões. O Auditor Independente deve emitir Parecer:

- a) Sem ressalva.
- b) Com ressalva.
- c) Com abstenção de opinião.
- d) Com parágrafo de ênfase.

27. A auditoria das doações e subvenções para investimentos é realizada no seguinte grupo de contas do Balanço Patrimonial:

- a) Patrimônio líquido.
- b) Ativo permanente – diferido.
- c) Ativo circulante – despesas antecipadas.
- d) Resultado de exercícios futuros.

28. Indique a alternativa correta, segundo a Instrução CVM nº 247/96:

- a) Na consolidação proporcional não há a figura de “participação minoritária”.
- b) No processo de consolidação, o ágio decorrente de mais valia de imobilizado deve ser registrado no Resultado de Exercícios Futuros.
- c) Devem ser consolidados, somente, os investimentos em controladas que representem, no conjunto, mais do que 30 % do patrimônio líquido da investidora.
- d) A nota explicativa sobre as entidades consolidadas de forma proporcional deve conter, no mínimo, os principais elementos do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado de cada controlada em conjunto, cujos valores deverão refletir, exclusivamente, os percentuais de participação da controladora.

29. Assinale a alternativa que não representa um dever do Auditor Independente, de acordo com a Instrução CVM nº 308/99.

- a) Verificar se as Demonstrações Contábeis e o Parecer dos auditores foram divulgados nos jornais nos quais sejam obrigatórias as suas publicações.
- b) Verificar se as informações financeiras do relatório da administração estão em consonância com as Demonstrações Contábeis auditadas.
- c) Comunicar à CVM, no prazo de 20 dias, a substituição por outro Auditor Independente, com justificativa e anuência da mudança.
- d) Conservar em boa guarda, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, toda a documentação, correspondência, papéis de trabalho, relatórios e pareceres relacionados com o exercício de suas funções.

30. O Auditor Independente que pretenda proceder à emissão de opinião sobre as Demonstrações Contábeis de companhia aberta deve manter registro profissional, obrigatoriamente:

- a) Na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e no IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
- b) No Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- c) No Conselho Regional de Contabilidade (CRC) e no IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
- d) No Conselho Regional de Contabilidade (CRC), na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e no Banco Central do Brasil (BACEN).

31. Identifique a alternativa incorreta:

- a) No caso de reavaliação de bens em investida adquirida com ágio, a reserva de reavaliação deve ser registrada em contrapartida ao resultado.
- b) A reserva de reavaliação deve ser registrada em conta específica do patrimônio líquido da entidade, líquida dos efeitos tributários.
- c) A baixa do investimento em entidade coligada, por venda ou perecimento, ensejará a realização da reserva de reavaliação.
- d) A parcela realizada da reserva de reavaliação deverá ser transferida para a conta lucros acumulados e, posteriormente, ficar disponível para ser distribuída na forma de dividendos e/ou outra destinação.

32. De conformidade com a Resolução CFC nº 1.004/04, custo de um bem é:

- a) O montante de caixa ou o equivalente de caixa, dado em pagamento pela aquisição de um bem, acrescido dos respectivos encargos financeiros.
- b) O montante pelo qual um bem está registrado na contabilidade e refletido no balanço patrimonial, líquido da correspondente depreciação, amortização ou exaustão acumulada.
- c) O montante que a empresa espera recuperar pelo uso futuro de um ativo nas suas operações, incluindo seu valor residual na baixa.

- d) O valor de aquisição ou de construção do ativo imobilizado registrado ou o valor atribuído ou de mercado, no caso de doações.

33. Considerando as disposições da Deliberação CVM nº 371/00 (Contabilização de Benefícios a Empregados), identifique a alternativa correta:

- a) Benefícios a empregados são todas as formas de remuneração proporcionadas por uma entidade a seus empregados ou aos seus dependentes em troca dos serviços prestados por seus empregados.
- b) Esta deliberação trata também da contabilização de benefícios em ações ou outros instrumentos financeiros equivalentes recebidos por empregados de uma entidade.
- c) Planos de contribuição definida são benefícios de pós-emprego em que, normalmente, a patrocinadora assume os passivos atuariais.
- d) Planos de benefício definido são benefícios de pós-emprego em que, normalmente, a patrocinadora não assume os passivos atuariais.

34. O montante do ágio ou do deságio, conforme o caso, resultante da aquisição do controle da companhia aberta que vier a incorporar sua controladora, será contabilizado na incorporadora:

- a) Como ativo circulante, quando resultante de expectativa de resultados de exercícios futuros.
- b) Como patrimônio líquido.
- c) No imobilizado, quando se referir a bens representativos do imobilizado.
- d) No diferido, quando se referir a deságio por expectativa de prejuízos futuros.

35. Considerando as disposições da Instrução CVM nº 319/99 (Operações de Fusão e Cisão, envolvendo Companhia Aberta), identifique qual das alternativas abaixo que não representa o exercício abusivo do poder de controle.

- a) Assunção pela companhia, como sucessora legal, de forma direta ou indireta, de endividamento associado à aquisição de seu próprio controle.
- b) Avaliação da totalidade dos dois patrimônios a preços de mercado, nas operações de incorporação de companhia aberta por sua controladora.
- c) Favorecimento de uma ou outra classe de ação no processo de substituição das ações dos acionistas controladores.
- d) O aproveitamento direto ou indireto, pelo controlador, do valor do ágio pago na aquisição do controle de companhia aberta no cálculo da relação de substituição das ações dos acionistas não-controladores.

36. Identifique a alternativa incorreta:

- a) Os juros sobre o capital próprio devem ser considerados como despesa operacional do período.
- b) Os juros sobre o capital próprio recebidos de controladas devem ser registrados em contrapartida à conta de investimentos em controladas.
- c) Os juros sobre o capital próprio devem ser considerados como redutores de conta específica do patrimônio líquido.

d) Os juros pagos ou creditados somente poderão ser imputados ao dividendo mínimo pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte.

37. A Instrução CVM nº 381/03 dispõe sobre a divulgação, pelas entidades auditadas, de informações sobre a prestação de serviços pelo Auditor Independente e de outros serviços que não sejam de auditoria externa. Assim, identifique a alternativa correta:

- a) O Auditor Independente deverá divulgar o valor total dos honorários, o prazo de duração, se superior a um ano, e a indicação da natureza de cada serviço prestado.
- b) As informações sobre os serviços prestados pelo Auditor Independente, que não de auditoria externa, devem ser confirmadas, diretamente, à CVM.
- c) As entidades auditadas deverão divulgar, sempre, o valor total dos honorários contratados, relativos a serviços que não sejam de auditoria.
- d) Deve divulgar a política da entidade auditada para evitar a existência de conflito de interesses no trabalho de auditoria.

38. Para uma companhia aberta, o tratamento contábil dos juros incorridos e dos demais encargos financeiros, relativos a financiamentos obtidos de terceiros, e incorridos durante a construção de bens integrantes do ativo imobilizado ou para produção de estoques de longa maturação, devem ser registrados em:

- a) Resultado do período em que forem incorridos.
- b) Conta destacada que evidencie sua natureza, no mesmo grupo do ativo que lhe deu origem.
- c) Resultado de exercícios futuros.
- d) Despesas antecipadas.

39. A rotatividade na prestação de serviços de auditoria independente em companhias abertas, como regulada pela Instrução CVM nº 308/99, significa que:

- a) O Auditor Independente não pode prestar serviços de auditoria independente para uma mesma companhia aberta por prazo superior a 5 (cinco) anos.
- b) A empresa de auditoria independente deve substituir a equipe de auditoria que atua na prestação de serviços de auditoria de companhia aberta a cada 5 (cinco) anos.
- c) O Auditor Independente não pode prestar serviços de consultoria para uma mesma companhia aberta na qual presta serviços de auditoria.
- d) O Auditor Independente não pode prestar serviços de auditoria independente para uma mesma companhia aberta por prazo superior a 7 (sete) anos.

40. Identifique a alternativa correta relacionada à seguinte questão: De acordo com a Instrução CVM nº 408/04, as Entidades de Propósito Específico, conhecidas como EPEs, devem ser objeto de consolidação das Demonstrações Contábeis, quando:

- a) A companhia aberta possuir uma participação de 50% nas EPEs, sem ter o controle efetivo.
- b) As EPEs representarem uma entidade com autonomia operacional e financeira.
- c) A companhia aberta não esteja exposta à maioria dos riscos relacionados à propriedade das EPEs ou de seus ativos.

- d) A essência de sua relação com a companhia aberta indicar que as atividades dessas entidades são controladas, direta ou indiretamente, individualmente ou em conjunto, pela companhia aberta.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

- 41. O Auditor Independente em seu exame das Demonstrações Contábeis deve observar se estão mantidos os pressupostos de continuidade operacional da companhia. Comente os principais aspectos a serem observados pelo Auditor Independente na avaliação da continuidade operacional de uma entidade, segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC T 11 – IT – 08).**
- 42. Sob o ponto de vista da ética, comente os principais aspectos que o Auditor Independente deve seguir na condução de um trabalho de auditoria.**
- 43. Comente as principais finalidades da avaliação dos sistemas contábil e de controles internos para o trabalho de auditoria e como deve ser documentada.**
- 44. Comente o que o Programa de Educação Profissional Continuada representa para os Auditores Independentes.**